



as Leis que defendem seus direitos. Somado a isso, Dayse salientou que foi abordado sobre a segurança pública no ambiente escolar, destacando a necessidade da instalação de equipamentos, bem como a construção de uma educação voltada para a cultura da paz, presença de mediadores e discussão sobre assuntos de interesse social. Em relação ao “Eixo 2 - Enfrentamento das violações e vulnerabilidades resultantes da Pandemia de Covid - 19”, Dayse afirmou que foi discutido sobre o sofrimento psíquico e a necessidade de ter a saúde mental atendida no município, uma vez que, foi evidenciado que não se tem um local de referência para buscar ajuda. Além de destacarem, segundo ela, ser necessário ter um trabalho preventivo sobre a automutilação e suicídio no ambiente escolar, bem como ser importante abordar sobre a sexualidade, indo contra a ideologia de gênero. Ela destacou que as crianças e adolescentes não chamaram a atenção para as violências domésticas, apontando apenas as violências ocorridas estruturalmente na sociedade. Dessa forma, segundo Dayse, eles compreenderam o que é ter seus direitos violados pelas famílias e pelo Estado, mas discutiram mais sobre o segundo caso. No que diz respeito ao “Eixo 3 - Ampliação e Consolidação da Participação de Crianças e Adolescentes nos Espaços de Discussão e Deliberação de Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos durante e pós a Pandemia”, foi defendido que na próxima Conferência Nacional o coro seja composto por 50% de adultos e 50% de crianças e adolescentes, que eles tenham paridade na fala e que suas propostas sejam discutidas amplamente. Somado a isso, propuseram que haja a expansão dos CPAs pelos estados e municípios do país e que haja a ocupação dos espaços escolares com a organização de base, de modo que eles possam se reunir para discutir sobre suas questões. Em relação ao “Eixo 4 - Participação da Sociedade na deliberação, Execução, Gestão e Controle Social de Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, considerando o cenário Pandêmico” e o “Eixo 5 - Garantia de Recursos das Políticas Públicas voltadas para as Crianças e Adolescentes”, foi discutido sobre a necessidade de orçamentação para que o sistema de direitos funcione. Desse modo, Dayse destacou que a participação do CONANDA e demais Conselhos estaduais e municipais foi questionada, sendo levantadas alternativas para a ampliação do dinheiro do Fundo, como o desconto direto do Imposto de Rendas das pessoas físicas e jurídicas; e o direcionamento de um percentual do dinheiro repassado aos municípios, para o Fundo. Ela salientou que



os Eixos contaram com a participação de três palestrantes, dois adultos e um adolescente, que contribuíram para trazer uma explanação geral sobre os temas; e finalizaram o evento com cinco propostas prioritárias que passarão pela organização final de seus textos. Dayse destacou que a Conferência contribuiu para que os adolescentes saíssem muito empoderados e com a expectativa que todas as propostas sejam colocadas em ação. No entanto, Dayse destacou que grande parte delas, por mais que sejam pertinentes, são pouco viáveis, gerando uma preocupação de uma possível frustração por parte dos adolescentes. Desse modo, ela sugeriu que as propostas sejam organizadas de acordo com a possibilidade de execução em curto, médio e longo prazo, decifrando quais delas podem ser realizadas pelos próprios municípios. Ela afirmou que este trabalho pode ser realizado por meio das caravanas que sairão do CONANDA para as regiões do país, além de afirmar que importantes resultados podem ser alcançados. Por fim, Dayse afirmou que a Conferência contou com a participação do Ministro Silvio Almeida, Janja da Silva e do Presidente Lula que fez um discurso emocionante e que colocou como prioridade a infância. Na sequência, Débora Vigevani retomou a preocupação com a possível frustração dos adolescentes em relação a execução das propostas elencadas, sugerindo que o Movimento se articule com a Agenda 227 para que as principais propostas cheguem até os municípios e tenham maior possibilidade de execução. Desse modo, ela afirmou que seria importante compreender o que a Agenda 227 já está elaborando nesse sentido, para que esse objetivo seja alcançado. Fernanda afirmou que entrará em contato com o Vivarta, seu contato na Agenda 227. Em seguida, Edson Bahia afirmou que a Conferência Nacional contou com uma grande diversidade de pessoas e etnias, destacando que foi uma experiência marcante e muito positiva. Ademais, concordou com a Débora, salientando que o Movimento poderia criar possibilidade de articulação para que, durante o processo de construção dos Planos Plurianuais, possa ser encaixado o maior número de propostas nos municípios, bem como pensar em estratégias de aproximação dos jovens que foram representantes como delegados para que eles participem deste processo. Edson sugeriu que esta questão se tornasse uma meta do Movimento. Na sequência, Jonathan Hannay retomou a questão da insegurança nos ambientes escolares apresentada por Dayse, afirmando que foi publicada uma nova Lei de 12/01 focada nessa questão, destacando que ela aborda sobre a presença de profissionais específicos e preparados. Ele afirmou que esse



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

tema diz respeito a violações sistemáticas de seus direitos, uma vez que, a escola precisa ser um local seguro e de proteção para as crianças e adolescentes. Somado a isso, afirmou que na Inglaterra é realizado o “safeguard” que é traduzida para o português como “salvaguarda” e corresponde a uma metodologia de trabalho que previne efetivamente a violência e demais violações por meio de um conjunto de normas internas, regras de contato e a partir da presença de profissionais especializados em lidar com esta situação. Ele afirmou que em Diadema as escolas não possuem segurança e que os professores não podem ser as únicas referências nesses casos, uma vez que as crianças e adolescentes podem não ter confiança nesses profissionais. Em relação a violência familiar destacada por Dayse, Jonathan salientou que as crianças tendem a normalizá-la, sendo difícil identificar quando a mesma acontece. No que diz respeito aos fundos do Conselhos, afirmou que não há um problema de falta e sim, uma dificuldade em gastar o recurso disponível. Por fim, trouxe a fala de Sérgio, juiz da infância do RJ, afirmando que o Poder Público possui uma incapacidade em realizar os procedimentos burocráticos para a utilização do dinheiro do fundo. Na sequência, Fernanda Flaviana afirmou que as escolas, instituições e demais políticas públicas devem ser locais de proteção e que em Minas Gerais foi sancionada uma Lei que as escolas públicas possuam um Assistente Social e um Psicólogo para que a proteção fosse garantida. Ela destacou que alguns municípios contratam apenas um assistente social e um psicólogo para atender toda a rede de educação, mas que o ideal seria a presença de um profissional em cada escola. Em relação aos fundos, Fernanda salientou que Minas tem sido o exemplo, que durante a sua gestão enquanto Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, foi gasto 99,9% do orçamento disponível e que o CONFOCO tem um papel importante em cobrar a utilização do recurso do Fundo dos Conselhos. Em relação a Conferência, ela afirmou que as crianças tomaram o foco na parte cultural e política. Somado a isso, salientou ter achado importante o Ministro Silvio Almeida e o Presidente Lula falarem sobre educação e escola integral, colocando em destaque a pesquisa e os professores. Ela destacou que Marina, presidente do Conanda, teve uma fala potente e importante para a Conferência e afirmou que ficou impactada com as crianças e adolescentes falando sobre orçamento público. Por fim, ela salientou ser importante avaliar periodicamente a Conferência para que se tenha o controle do cumprimento das propostas ao longo tempo. Em seguida, Dalízia afirmou que,



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

excesso de exposição vai repercutir na vida deles, pensando que a gravação do evento estará disponível no youtube. Ela destacou que os três jovens que participaram e fazem parte do Instituto Fazendo História serão acompanhados e terão todo apoio necessário. Débora salientou que ficou dividida por acreditar que uma das potências do encontro foram os relatos e o impacto que eles causaram, mas também se preocupa com os efeitos que os jovens podem sentir a longo prazo. Dessa forma, afirmou ser necessário, em um próximo seminário, ter mais tempo de preparação das falas dos jovens e adolescentes para que elas sejam mais voltadas para os temas discutidos, de modo que não sejam muito íntimas. Em seguida, Fernanda afirmou que houve muitos encontros com os jovens antes do evento e que os jovens Juraci, Eduardo, Tatiana e Jackson estiveram à frente, contando com o apoio de Raum, Ivan, Roney e Lourenzo. Ela destacou que durante o Seminário, de forma espontânea, eles sentiram acolhidos e tiveram a necessidade de contar suas experiências, mas que não houve uma orientação prévia que eles fizessem isso. Nesse sentido, salientou que está acompanhando os jovens e que todos possuem seu telefone para o que for necessário. Ela destacou que eles já tiveram outro encontro a partir de um desejo deles, afirmando que, de maneira autônoma, o grupo está se movimentando. Por fim, Fernanda afirmou que funcionários do abrigo e autoridades da Rede de Proteção à Infância sinalizaram que este evento foi extremamente importante, que quebrou paradigmas e os impactou grandemente. Débora concordou que a iniciativa de falar partiu deles, que foi muito importante, mas que seria importante criar mais oportunidades de fala, para que eles possam selecionar o que falar. Nesse sentido, afirmou que esta experiência serviu de aprendizado para uma próxima ocasião. Posteriormente, Amparo Seibel afirmou que o evento foi marcante e provocativo e pode ser compreendido um ato histórico. Ela destacou que os serviços de assistência têm a obrigação de proteger os direitos e não violá-los é que faz-se necessário uma mudança na forma de desenvolver o trabalho. Nesse sentido, afirmou ser importante pensar como a Política de Assistência fará um processo de qualificação dos serviços de acolhimento e como as famílias serão potencializadas para que as crianças e adolescentes não precisem ser encaminhados para estes locais. Por fim, reiterou que o evento foi marcante, que as falas foram essenciais, espontâneas e potentes. Fernanda destacou que o Secretário Cláudio se comprometeu a destinar 4 milhões e 800 mil para este tema, sinalizando que houve um avanço e o Movimento participou



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

disso. Posteriormente, Lorenzo afirmou que as histórias trazidas no Seminário impactaram e fazem pensar como o serviço de acolhimento é falho, sendo necessárias ações voltadas à prevenção e à família. Ele destacou que o documento foi construído a partir de proposta dos jovens, que pensaram em questões significativas e relevantes; e sugeriu que haja a presença de 50% de egressos nos Seminários e eventos produzidos pelo MNPCFC, além das Conferências. Ele finalizou concordando com Débora Vigevani que houve uma superexposição dos jovens, mas que partiu deles e tornou o evento impactante. Na sequência, Sergio Bahia concordou com Débora que é necessário fazer o acompanhamento dos Egressos após o Seminário e sugeriu que sejam identificados, em cada localidade, uma pessoa de referência para identificar possíveis situações. Em relação às violações que acontecem nos abrigos, ele afirmou que o primeiro violador é o Estado e que os abrigos trabalham e se organizam a partir das violências sofridas por parte do Poder Público. Dessa forma, destacou que o abrigo possui, muitas vezes, profissionais competentes que são, como foi dito na fala dos Egressos, vinculações positivas e que contribuem no processo de superação e resiliência. Ele destacou que o Movimento poderia escrever algo a respeito deste processo. Fernanda afirmou que o prazo para entregar os artigos é até o dia 30 de abril e que ela, José Carlos, Roney e outras pessoas estão nesse cuidado e acompanhamento com os jovens. Segundo ela, uma jovem que esteve no Seminário e tem um histórico longo da saúde mental, precisou de apoio e alguns membros do Movimento estiveram à frente desta intervenção. Os demais mandaram mensagens agradecendo a experiência vivenciada. Posteriormente, Maristela Cizeski agradeceu a todos pelo evento e afirmou ser importante pensar nas pessoas indígenas, ciganas e quilombolas que foram levadas para os acolhimentos institucionais. Ela destacou não ser possível aceitar esta situação, visto que elas foram afastadas de suas famílias e cultura. Somado a isso, destacou que participou de um evento em Fraiburgo, em que estavam sendo fechados os acolhimentos institucionais e havendo uma migração para a Família Acolhedora, destacando que Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são estados que têm tido uma postura de priorizar o Serviço de Família Acolhedora e Acolhimentos Familiares, apesar de terem um discurso de economia econômica. Por fim, afirmou que deve ser fortalecida a ideia que os Acolhimentos Familiares vão garantir maior bem-estar e proteção às crianças e adolescentes, ao invés do viés econômico. Na sequência, Dayse afirmou que ao se falar da qualidade do serviço de

acolhimento, não se pode abandonar os serviços já existentes, sendo necessário dar continuidade ao processo de qualificação. Ela destacou que se houver uma decisão de transição completa de serviços de acolhimento institucional para familiar, faz-se necessário continuar priorizando a qualidade do atendimento, uma vez que o processo será longo. Dessa forma, salientou que por mais que o Estado viole os direitos das crianças e adolescentes através de todas as Instâncias Públicas, é radical pensar em fechar todos os serviços de acolhimento, sendo necessário mudar os serviços existentes e fazer o processo de transição histórica para outras formas de acolhimento familiar e prevenção. Dayse salientou que não se pode responsabilizar totalmente os serviços de acolhimento, visto que o Estado não investe no serviço, que o terceiriza, não remunera e prepara o trabalhador de uma forma adequada. Ela salientou que os problemas são muitos, que o reordenamento dos serviços de acolhimento começou em 2013 e 2014, mas não permaneceu e que o investimento em mudanças é essencial, como aconteceu com a diminuição para pequenos grupos e a presença de uma equipe mínima de referência nos Acolhimentos. Na sequência, Fernanda concordou com Dayse, afirmando ser necessário ter qualificação em mais de 90% do país e que responsabilizar apenas no acolhimento é perverso, já que o Sistema de Garantia de Direitos tem que se fazer presente. Posteriormente, Jonathan afirmou que a participação juvenil no Movimento Nacional começou em 2023 com a reunião de crianças e adolescentes de várias partes do país, sendo criado o grupo de jovens em movimento e que após o Seminário, foi criado um grupo de Egressos com o mesmo nome. Por isso, solicitou um esclarecimento sobre a questão, já que, enquanto membro do Grupo Gestor, ele não se sentiu contemplado nos debates e decisões. Fernanda afirmou que, em ambos os casos, foi debatido e pactuado no Grupo Gestor e está registrado em ATA. Em relação à “Juventude em Movimento”, afirmou que o grupo surgiu com o Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento e possui este nome provisoriamente. O outro grupo, surgiu do GT Prevenção com crianças e adolescentes com o nome “Crianças e Adolescentes em Movimento”, a partir de um evento em 2023 e será realizado outro encontro com eles em Salvador. Jonathan afirmou que os dois grupos apresentam o mesmo nome e que seria necessário ter mais representatividade e discussão de assuntos no Grupo Gestor. Fernanda afirmou que compreende a fala de Jonathan, reiterando que o nome “Juventude em Movimento” é provisório, que surgiu durante o Seminário, sendo escolhido pelos próprios jovens. Lorenzo afirmou



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

que tinha colocado esta mesma dúvida durante a Assembleia e que foi esclarecido e todos concordaram com a formação de dois grupos, o “Crianças e Adolescentes em Movimento”, que surgiu do GT Prevenção e o “Juventude em Movimento”, composto por Egressos. Ele concordou que são nomes semelhantes e que seria importante discutir para uma possível mudança. Fernanda afirmou que irá sugerir a mudança, mas que o grupo de Egressos é independente e que a ideia é que o Movimento acompanhe, mas que os jovens o desenvolvam. Ela afirmou que foi pactuado na última reunião que fosse criado um GT de Egressos, estando presente na ATA. Jonathan afirmou que compreendeu a diferença e que poderá orientar os adolescentes que ele acompanha e que estão no grupo de Egressos, a sair, por não se tratar do grupo deles. Fernanda afirmou que eles e os demais adolescentes não estão no grupo de Egressos, apenas um adolescente de referência do Lorenzo, por estar saindo do Acolhimento Institucional. Posteriormente, Débora afirmou que, de forma espontânea, está se formando uma rede nacional de jovens Egressos, que independe do Movimento. Ela salientou que eles têm o apoio do MNPCFC, podem se aproximar em determinados momentos, mas terão a autonomia para se organizar. Somado a isso, destacou que se o quinto GT for criado, ele não coincidirá com esta rede nacional, sendo composto pelo Grupo Gestor (GG) e outros participantes do Movimento que tenham interesse. Ela afirmou que o GT de egressos poderia ter representantes da juventude em Movimento, o que ajudaria nesta articulação, mas cada um teria sua autonomia. Dayse afirmou que seria necessário um esclarecimento por compreender que o MNPCFC criou e está ligado ao “Juventude em Movimento”. Ela destacou que uma coisa é a gestão do Grupo ser feita pelos jovens, mas outra coisa é ligação, já que o Movimento pariu, deveria cuidar e realizar as ações junto com o grupo. Segundo Dayse, no NECA houve algo semelhante, visto que foi criado um grupo com ex-acolhidos a partir de um Seminário e ela percebeu que, sem a sustentação, o grupo se desfez. Desse modo, ela destacou que o Movimento teria que zelar pelo grupo e que seria necessário que o Grupo Gestor pense e delibere como MNPCFC percebe e quer tratar o grupo criado no Seminário, por se tratar de um tema transversal a todos os eixos. Ela afirmou que cada eixo está se desenvolvendo bem, mas que está havendo pouca troca e, por isso, fez a proposta de que cada grupo analisasse, a partir do Seminário, como colocar em prática as ações de prevenção e qualificação, se preocupando com a criação deste GT mais solto. Ela afirmou que



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

entende o que o Jonathan disse, visto que existe um grupo de Crianças e Adolescentes criado no passado, que ela desconhecia (2:22:11) e que agora foi criado um grupo de jovens que teve a experiência de acolhimento, destacando que se o termo “egresso” não for utilizado, será necessário pensar, enquanto grupo, qual o melhor termo. Ela salientou que não se trata de qualquer jovem, mas de um grupo específico e que o Movimento deve estar junto para contribuir com a revelação do que eles precisam. Fernanda afirmou que ofereceu apoio para eles, mas que a ideia seria o protagonismo. Dayse afirmou que são coisas diferentes, salientando ser importante que eles façam parte de um eixo que o MNPCFC trabalha, para serem acompanhados e fortalecidos. Na sequência, Raum afirmou que o grupo de Egressos foi criado no evento, sendo um grupo autônomo que já desenvolveu uma reunião deles. Dayse afirmou que não foi realizada uma reunião deles e sim uma reunião que eles conduziram a partir do Movimento. Raum concordou e salientou que o Grupo Gestor deve pensar como este grupo autônomo será apoiado em suas decisões. Ele afirmou que o nome agora é “Juventude em Movimento”, mas que futuramente pode ser “Rede Nacional de Egressos” e que esta sugestão pode ser levada para eles. Somado a isso afirmou que foi proposto a criação de um quinto GT destinado aos Egressos, mas destacou que talvez, ao invés de criar um outro grupo, o GT de Acolhimento Institucional poderia incorporar um subgrupo. Por fim, afirmou que o grupo “Crianças e Adolescentes em Movimento” foi criado em 2023 e está ligado ao Movimento, sendo criado a partir do GT Prevenção. Na sequência, Dayse propôs que esta questão seja discutida no Grupo Gestor, sendo pautada a partir de alguns princípios, o primeiro seria compreender o que significa fazer ou não parte do Movimento. Ela afirmou que, futuramente, pode haver uma evolução deste grupo, se tornando parte do Movimento Latino Americano, mas até chegar nesse processo, o MNPCFC estará junto com eles. Fernanda afirmou que vai convidar os representantes do grupo para uma reunião do GG com o objetivo de conversar e compreender quais são suas propostas. Ela destacou que a ideia seria vincular ao Movimento, mas como foi falado de protagonismo, acredita que a organização do grupo tem que partir deles, apesar de ter oferecido todo apoio. Dayse afirmou que eles deveriam ter um local dentro do Conselho e quando se fala de uma ligação, não significa tirar autonomia, tendo que trabalhar o que significa ser adulto junto com um grupo de jovens. Fernanda afirmou que esta questão será um ponto de pauta para a próxima reunião e que convidará os



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

jovens para discutir sobre isso. Ela concordou que é difícil manter uma rede e que no início faz-se necessário um suporte maior. //////////////////////////////////////

Posteriormente, Fernanda iniciou a pauta do **Plano Nacional** salientando que Juliana destacou que o Plano será finalizado em abril. Dalízia Amaral afirmou que entregou o material que estava responsável em elaborar para Juliana e Ana Angélica e que acredita que o Plano Nacional será finalizado no final de abril. Débora afirmou que ficou feliz pela notícia, mas ao mesmo tempo se preocupa, uma vez que o prazo foi estendido muitas vezes e ainda há um longo processo de aprovação nos Conselhos. Ela salientou, que até o momento, estão se empenhando ao máximo para garantir o recurso junto a SNDCA, com o objetivo de promover a sistematização da consulta pública, para a diagramação do texto e para a impressão. Ela destacou que este recurso está garantido com a SNDCA, mas que o excesso na demora pode contribuir para que ele seja comprometido, uma vez que ela já expressou um incômodo em não ter contato com o texto e de não ter um cronograma dos procedimentos que serão realizados. Dessa forma, destacou ser importante ter um cuidado com a relação entre a SNAS e a SONDA, sendo necessário que o SNDCA se sinta mais participativo desse processo e que o texto seja finalizado até abril. Dayse afirmou que o CONANDA pressionou para que esta questão do orçamento fosse alcançada, uma vez que se tinha a intenção do Plano Nacional ser publicado e replicado em todo o Brasil. Somado a isso, afirmou que o orçamento foi garantido para a pauta da Convivência Familiar e Comunitária e que todos os Prodocs serão analisados na próxima reunião do CONANDA e por isso, será solicitado a aprovação do Prodoc referente a Convivência Familiar e Comunitária. Débora afirmou que foi definido, na última Assembleia, que não haverá recurso para esse Prodoc e que o Plano de Aplicação foi aprovado sem que este recurso fosse destinado. Dayse afirmou que o Plano de Aplicação precisará ser revisto na próxima plenária, além de afirmar que o Plano Nacional não poderia ser organizado por apenas duas pessoas que não possuem dedicação exclusiva pra isso e que houve a possibilidade de contratar um sistematizador, mas na época não foi aceito. Desse modo, ela destacou que já houve a perda de parte do recurso, que foi garantido uma parte, mas que será difícil mantê-lo se não houver um cronograma para isto. Dalízia concordou com as falas de Débora e Dayse, afirmando que não tem acesso a nenhum cronograma do Plano Nacional e que além dele, possui outras atribuições dentro da Secretaria, assim como Ana Angélica e Juliana. Por fim, afirmou



que vai conversar com Ana Angélica para ter esta devolutiva, reforçando que o cumprimento dos prazos é essencial. Fernanda sugeriu que seja enviado um Ofício para as duas Secretarias perguntando sobre a organização do Plano. Débora afirmou que talvez não seja interessante porque a SNDCA está incomodada por não possuir acesso ao texto. Fernanda salientou que vai ligar para Ana Angélica para verificar como está a questão, mas que acredita ser necessário solicitar um esclarecimento oficial. Dayse sugeriu que fosse enviado um ofício apenas para a SNAS perguntando sobre o cronograma do Plano Nacional e Fernanda e demais membros concordaram. Posteriormente, Jonathan solicitou, em seu nome e de Maristela, trinta minutos da próxima reunião para apresentar o Sistema Espanhol de Cuidados Alternativos. Fernanda afirmou que Cláudia Cabral também solicitou que na próxima reunião tenha tempo para falar sobre Família Extensa; além de Manoel Torquato do “Criança não é de Rua”. Dayse afirmou que a discussão destas pautas não permitirá discutir sobre a questão dos Egressos e Fernanda sugeriu que seja feita uma reunião extraordinária no mês de maio, além de destacar que quarta-feira dia 15 de maio, durante a reunião do GT Prevenção, será discutido sobre o evento de Salvador, que será assumido pelo Projeto Axé. Dayse afirmou que este é um assunto para todos do GG participarem e Fernanda salientou que será trazida uma prévia para todos. Por fim, afirmou que a ideia será realizar um evento do Movimento em Brasília durante o mês de julho. Na sequência Dayse salientou que poderia falar sobre o Sistema de Proteção português, mas que talvez fosse interessante reservar uma reunião para esta troca, preservando a pauta resolutiva sobre o grupo de Egressos e Crianças e Adolescentes, sendo interessante ter mais de uma reunião em maio. Estela Argolo sugeriu que fosse feita uma enquete com as datas para que fosse decidido, conforme a disponibilidade da maior parte dos membros e todos concordaram. **Nada mais havendo a tratar**, os participantes se cumprimentaram e a reunião foi finalizada. Ademais, eu, Rebeca Rezende, lavrei a presente ATA////////////////////